

ESTADO DE MATO GROSSO

Câmara Municipal de Cáceres

Rua General Osório, Esq. c/ Coronel José Dulce, s/nº - CEP: 78200-000
Fone: (65) 3223-1707 - Fax: 3223-6862 - Cáceres - MT

Site: www.camaracaceres.mt.gov.br

INTERESSADO: Executivo Municipal

ASSUNTO: Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 026, de 19 de março de 2021.

"Institui, no âmbito municipal, o Programa Mulher Viva, destinado ao apoio na geração de emprego e renda às mulheres em situação de violência doméstica e familiar."

PROTOCOLO Nº: 1886/2021.

DATA DA ENTRADA: 25/05/2021.

REJEITADO

Sala das Sessões

14/02/2022

LIDO NA SESSÃO DE: LIDO Na Sessão de: <u>31/05/2021</u>	VOTAÇÃO EM 1º TURNO/TURNO ÚNICO: APROVADO Na Sessão de: <u>14/02/2022</u>	VOTAÇÃO EM 2º TURNO:
---	--	---------------------------------------

DATA	COMISSÕES
	<input checked="" type="checkbox"/> Constituição, Justiça, Trabalho e Redação
	<input type="checkbox"/> Economia, Finanças e Planejamento
	<input type="checkbox"/> Saúde, Higiene e Promoção Social
	<input type="checkbox"/> Educação, Desportos, Cultura e Turismo
	<input type="checkbox"/> Transportes, Urbanismo, Serviços e Obras Públicas
	<input type="checkbox"/> Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente
	<input type="checkbox"/> Fiscalização e Controle
	<input type="checkbox"/> Especial
	<input type="checkbox"/> Mista

OBSERVAÇÕES:



LEITURA NA SESSÃO

31 / 05 / 2021

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Ofício nº 0593/2021-GP/PMC

Cáceres - MT, 24 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
VER. DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Cáceres
Rua Coronel José Dulce, esq. Rua Gal Osório
Cáceres – MT - CEP 78210-056

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Em 25 / 05 / 2021

Horas 09:50 Sobnº 1886

Ass. Pliani Silva


Ref.: Protocolo 10.078/2021 de 05/05/2021

Senhor Presidente:

Acusamos o recebimento do Ofício nº 494/2021-SL/CMC, por meio do qual essa Colenda Câmara encaminha-nos, para autógrafo, o Projeto de Lei nº 26, de 19 de março de 2021, de autoria do Vereadora **Maria José Da Silva (Mazéh Silva)** - PT, com a seguinte ementa: “Institui, no âmbito municipal o Programa Mulher Viva, destinado ao apoio na geração de emprego e renda às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”, aprovado em sessão ordinária no dia 03 de maio de 2021.

Por motivo de ordem legal, vimos a apresentar a Vossa Excelência o necessário **Veto Parcial** ao Projeto de Lei ora epigrafado, assim como as respectivas razões, para apreciação desta Emérita Câmara, que seguem em anexo.

Atenciosamente,


ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS
Prefeita Municipal de Cáceres



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

RAZÕES DO VETO

Veto ao PROJETO DE LEI Nº 26, DE 19 DE MARÇO DE 2021, de autoria do Vereadora Maria José Da Silva (Mazéh Silva) - PT, conforme a Lei nº 2.138 de 18 de junho de 2008., com a seguinte ementa: “ Institui, no âmbito municipal o Programa Mulher Viva , destinado ao apoio na geração de emprego e renda às mulheres em situação de violência doméstica e familiar ”, aprovado em sessão ordinária no dia 03 de maio de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me à Vossa Excelência para comunicar-lhe que me foi enviado em 30/04/2021, por intermédio do ofício Nº 494/2021-SL/CMC o PROJETO DE LEI Nº 26, DE 19 DE MARÇO DE 2021, de autoria do Vereadora Maria José Da Silva (Mazéh Silva) - PT, conforme a Lei nº 2.138 de 18 de junho de 2008., com a seguinte ementa: “ Institui, no âmbito municipal o Programa Mulher Viva , destinado ao apoio na geração de emprego e renda às mulheres em situação de violência doméstica e familiar ”, aprovado em sessão ordinária no dia 03 de maio de 2021, para as providências de praxe que compete à Chefe do Poder Executivo Municipal.

No uso da faculdade que me confere o artigo 53, §1º da Lei Orgânica do Município de Cáceres-MT, após detida análise, vislumbra-se que a propositura não detém condições de ser sancionada, sendo indeclinável a oposição de veto parcial ao texto, atingindo o inteiro teor do §3º, por estar em descompasso com aspectos jurídicos e operacionais, consoante fundamento:



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Trata-se de Projeto de Lei denominado " Programa Mulher Viva", versando sobre ações que destinam apoio à mulheres vítimas de violência doméstica, na seara da geração de emprego e renda.

Em análise, vislumbra-se a necessidade de ponderação de pontos específicos no mencionado projeto:

Nas disposições que tratam sobre as diretrizes do programa, bem como a operacionalização do mesmo carecem de elementos técnico- operacionais, em especial, quanto ao modo em que por exemplo, esse banco de dados será alimentado, qual o software utilizado, os documentos e particularidades que comprovariam essa condição de vítima de violência doméstica, restando prejudicados os demais aspectos, inclusive , de natureza orçamentária para eventual aplicabilidade dessa lei.

Outrossim, o referido projeto não faz menção específica dos requisitos e termos de convênio eventualmente firmados entre o município e os demais entes elencados.

Também, não faz menção expressa às atribuições inerentes à Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, restando prejudicada também , a operacionalização desse projeto, sendo inviável a sua aprovação nesse momento.

É certo que os números de ocorrências de casos de violência contra a mulher são vertiginosos, e que o poder público tem o poder-dever de promover medidas que assistam a mulher, sob todos os aspectos.

Todavia, na esfera jurídica, quando se promove um programa de incentivos à determinado segmento da sociedade, este deverá estar permeado de critérios objetivos dos quais promoverão a equidade , ou seja, uma justiça natural; disposição para reconhecer imparcialmente o direito de cada um. Em resumo, significa reconhecer que todos precisam de atenção, mas não necessariamente dos mesmos atendimentos. Com efeito, a ausência de critérios consubstanciados em equidade, vai em grave rota de colisão com o preceito constitucional da igualdade, insculpida no artigo 5º, §1º de nossa Carta Magna.



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Portanto, à vista das razões ora explicitadas, demonstrando os óbices que impedem a sua sanção é que apresentamos o veto ao Projeto de Lei epigrafo.

Assim sendo, devolvo o assunto à apreciação dessa Egrégia Câmara de vereadores, reiterando aos Eméritos Edis, os protestos de alta estima e elevada consideração..

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
PREFEITA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Em 14 / 06 / 2021
Horas 12:46 Sobnº 2222
Ass. Pelviani Silveira



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Pedido de Dilação de Prazo

(Art. 72, do Regimento Interno)

Assunto: Pedido de Dilação de Prazo para análise dos Vetos aos Projetos de Lei nº 23, de 16 de março de 2021 (Autor Vereador Lacerda do Aki) e nº 26, de 19 de março de 2021 (Autora Vereadora Mazéh Silva)

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

Os Projetos de Lei nº 23, de 16 de março de 2021 (Autor Vereador Lacerda do Aki) e nº 26, de 19 de março de 2021 (Autora Vereadora Mazéh Silva) receberam vetos parciais por parte da Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias.

Os Vetos foram encaminhados a esta Comissão, porém, não houve tempo hábil para a devida deliberação pelos Membros, considerando que a Câmara Municipal de Cáceres se encontrava fechada para atendimento ao público, diante do grande número de casos de servidores e vereadores infectados pelo coronavírus, inclusive a servidora Maryzabel Jara Elias, assessora do Presidente da CCJ, que ficou afastada do trabalho desde o dia 23/05/2021, passando pela quarentena obrigatória.

Este é o Relatório.

II – DO PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO:

FRANCISCO
WELSON
AMARANTE DOS
SANTOS:9844207172
07172

Assinado de forma
digital por FRANCISCO
WELSON AMARANTE
SANTOS:98442007172
Dados: 2021.06.14
12:32:18 -04'00'

1



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

O art. 72, do Regimento Interno prevê que para o desempenho de suas atribuições as comissões poderão realizar as diligências que reputarem necessárias, não importando essas diligências na dilação dos prazos previstos no artigo 65 deste regimento, desde que indispensáveis ao esclarecimento do aspecto que lhes cumpre examinar.

Considerando as razões acima explicitadas, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, solicitar a prorrogação do prazo para proferir parecer por parte da CCJ, vez que o artigo 246, estabelece o prazo de cinco dias para a comissão se manifestar, senão vejamos:

“Art. 246. Recebido, o veto será imediatamente publicado e despachado às comissões competentes.

§ 1º. Será de cinco dias o prazo para que a comissão emita o seu parecer sobre o veto.

§ 2º. Instruído com o parecer o projeto ou a parte vetada será incluído na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária a ser realizada.”

III – DA DECISÃO DO PRESIDENTE:

Ante o exposto a Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação, por seu Presidente, requer a dilação de prazo de mais 05 (cinco) dias, para análise dos Vetos aos Projetos de Lei nº 23, de 16 de março de 2021 (Autor Vereador Lacerda do Aki) e nº 26, de 19 de março de 2021 (Autora Vereadora Mazéh Silva) devendo ser encaminhado a Presidência para análise.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2021.

FRANCISCO WELSON
AMARANTE DOS
SANTOS:98442007172

Assinado de forma digital por
FRANCISCO WELSON AMARANTE
DOS SANTOS:98442007172
Dados: 2021.06.14 12:33:06 -04'00'

Manga Rosa

PRESIDENTE

*Defiro o pedido e
Retorno o conjunto
no respectivo projeto*

De Li.

C- 15/06/21

2



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 181/2020

Referência: Processo nº 1.886/2021

Assunto: Veto ao Projeto de Lei nº 026, de 19 de março de 2021

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 026, de 19 de março de 2021, que dispõe sobre o Veto Parcial proferido pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, que vetou parcialmente texto do Projeto de Lei citado.

O Veto veio acompanhado das respectivas razões, que passamos a analisá-la nos parágrafos seguintes.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 026, de 19 de março de 2021, de autoria da Excelentíssima Vereadora Mazéh Silva.

Em suas razões do veto, a Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, afirmou que estaria vetando parcialmente o referido projeto.

No parágrafo em que fala do veto parcial temos as seguintes afirmações:



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

No uso da faculdade que me confere o artigo 53, §1º da Lei Orgânica do Município de Cáceres-MT, após detida análise, vislumbra-se que a propositura não detém condições de ser sancionada, sendo indeclinável a aposição de veto parcial ao texto, atingindo o inteiro teor do §3º, por estar em descompasso com aspectos jurídicos e operacionais, consoante fundamento:

Portanto, o veto parcial refere-se ao § 3º.

Porém, analisando detidamente o Projeto de Lei nº 026, de 19 de março de 2021, **não verificamos nenhum § 3º, nos artigos que o compõe.**

O artigo 10, incisos I, II, e III da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, prevê que:

“Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

IV - os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos;

V - o agrupamento de artigos poderá constituir Subseções; o de Subseções, a Seção; o de Seções, o Capítulo; o de Capítulos, o Título; o de Títulos, o Livro e o de Livros, a Parte;

VI - os Capítulos, Títulos, Livros e Partes serão grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos, podendo estas últimas desdobrar-se em Parte Geral e Parte Especial ou ser subdivididas em partes expressas em numeral ordinal, por extenso;

VII - as Subseções e Seções serão identificadas em algarismos romanos, grafadas em letras minúsculas e postas em negrito ou caracteres que as coloquem em realce;

VIII - a composição prevista no inciso V poderá também compreender agrupamentos em Disposições Preliminares, Gerais, Finais ou Transitórias, conforme necessário.” (gf)

O § 5º, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal prevê que: “*Na apreciação do veto a Câmara Municipal não poderá introduzir qualquer modificação no texto vetado.*”. Assim, impossível se acatar as sugestões contidas nas razões do veto, onde sugere críticas ao referido projeto de lei, o que entendemos podem ser feitas quando da sua regulamentação por Decreto.

Sem contar que, o § 6º, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal prevê que: “*O veto poderá ser total ou parcial, e abrangerá somente texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso e de alínea. (Emenda nº 10 de 03/12/2003)*”.

Ainda para esclarecer os nobres colegas, **cito dois exemplos de Veto Parcial, proferido pelo Presidente da República**, de 2021 e 2019:



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

MENSAGEM Nº 156, DE 22 DE ABRIL DE 2021.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 28, de 2020 - CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021".

Ouvindo, o Ministério da Economia e a Casa Civil da Presidência da República manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Item I -- Criação e/ou provimentos de cargos e funções do Anexo V do Autógrafo:

"1. CRIAÇÃO/OU PROVIMENTOS DE CARGOS E FUNÇÕES, exceto repositição(1): R\$1,00

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO						
		QTDE	DESPESA					
			NO EXERCÍCIO(7)			ANUALIZADA		
			PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL
5.4.1. Fixação de Efetivos - CBMDF	-	378	8.737.218		3.737.213	38.030.625		38.050.625
5.4.2. Fixação de Efetivos - PMDF	-	750	10.167.323		13.267.323	45.096.454		45.096.454

Razão do veto

"A proposição legislativa trata de acréscimo de quantitativos físicos para provimentos no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal, subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Anexo V.

Entretanto, e embora a boa intenção do legislador, verifica-se que a medida contraria o interesse público por divergir do disposto no inciso III do § 2º do art. 110 da LDO-2021, tendo em vista que o referido

Anexo foi alterado para serem acrescidos, por intermédio de emenda parlamentar à proposta encaminhada pelo Poder Executivo, quantitativos físicos para provimentos no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos dos subitens 5.4.1 e 5.4.2 desse Anexo, sem que fossem acompanhados de incremento nas despesas autorizadas para o exercício de 2021, em alteração no impacto anualizado da autorização encaminhada."

Dotações constantes dos Volumes IV e V do Autógrafo do PLOA-2021



Senado Federal

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

MENSAGEM Nº 190, DE 17 DE MAIO DE 2019.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de nº 1.321, de 2019, que "Altera a Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências".

Ouvindo, o Ministério da Economia manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 55-D da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), acrescido pelo art. 2º do projeto de lei

"Art. 55-D. Ficam anistiadas as devoluções, as cobranças ou as transferências ao Tesouro Nacional que tenham como causa as doações ou contribuições feitas em anos anteriores por servidores públicos que exerçam função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, desde que filiados a partido político."

Razões do veto

"A proposição legislativa ao estabelecer, por intermédio da inclusão do art. 55-D na Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que "ficam anistiadas as devoluções, cobranças ou as transferências ao Tesouro Nacional que tenham como causa as doações ou contribuições feitas em anos anteriores por servidores públicos que exerçam função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, desde que filiados a partido político", acaba por renunciar receitas para a União, sem a devida previsão de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, em infringência ao art. 113 do ADCT, art. 14 da LRF e arts. 114 e 116 da LDO de 2019."

Esses, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Pelas razões de veto apresentada pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Libertado Dias, foi indicado um parágrafo (3º), sem se indicar de qual artigo ele fazia parte, e, mesmo verificando o projeto de lei citado, não encontramos nenhum parágrafo com esta numeração.



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Assim, nos aspectos que compete a esta Comissão examinar, este Relator é favorável à manutenção da aprovação do Projeto de Lei nº 026, de 19 de março de 2021, e, por consequência, **contrário** ao veto parcial oposto à propositura, devendo o mesmo ser **rejeitado** ante os fundamentos acima alinhavados.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **rejeição** do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 026, de 19 de março de 2021.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2021.

FRANCISCO WELSON
AMARANTE DOS
SANTOS:9844200717
2

Assinado de forma digital por
FRANCISCO WELSON
AMARANTE DOS
SANTOS:98442007172
Dados: 2021.06.17 14:09:24
-04'00'

Manga Rosa

PRESIDENTE

CLODOMIRO
DA SILVEIRA
PEREIRA
JUNIOR:9228
4361153

Assinado de forma
digital por
CLODOMIRO DA
SILVEIRA PEREIRA
JUNIOR:92284361153
Dados: 2021.06.17
10:26:08 -04'00'

Pastor Júnior

RELATOR

CEZARE
PASTORELLO
MARQUES DE
PAIVA:30823
756

Assinado de
forma digital
por CEZARE
PASTORELLO
MARQUES DE
PAIVA:30823756

Cezare Pastorello

MEMBRO(substituto)



CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Em 22 / 06 / 20 21

Horas 09:02 Sobnº 2359

Ass. Poliana Lobo

ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CERTIDÃO Nº 09/2021

Certifico e dou fé que o Veto Parcial aos Projetos de Lei nº 23, de 16 de março de 2021, de autoria do Vereador Lacerda do Aki e o nº 26, de 19 de março de 2021 de autoria da Vereadora Mazeh foram retirados de pauta a pedido do Líder de Governo e aprovado pelos Vereadores desta Casa.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 22 de junho de 2021.

Henrique Barcelos Moraes
Diretor da Secretaria Legislativa



CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Em 18 / 10 / 2021

Horas 09:51 Sobnº 4113

Ass. Robiani Silva

ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Memorando nº 115/2021 – SL/CMC

Cáceres – MT, 18 de outubro de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor

CÉZARE PASTORELLO

Vereador da Câmara Municipal de Cáceres

NESTA

Assunto: Deliberações sobre o Veto ao Projeto de Lei nº 023 de autoria do Vereador Lacerda do Aki e ao Projeto de Lei nº 026 de autoria da Vereadora Mazeh.

Com os cordiais cumprimentos, o Diretor desta Secretaria Legislativa, que esta subscreve, vem, à presença de Vossa Excelência, solicitar informações sobre a apreciação dos vetos supracitados tendo em vista o pedido de retirada de pauta, pedido esse realizado através do posto de Líder do Governo e aprovado por todos os Vereadores.

Informamos que, desde o dia 22 de junho esperamos manifestação sobre os referidos vetos, passados quase 4 meses o Presidente Professor Domingos solicita uma resposta junto a essa Secretaria em caráter de urgência, urgentíssima.

Nada mais havendo para o momento, renovando nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

HENRIQUE BARCELOS MORAES

Diretor da Secretaria Legislativa

Câmara Municipal de Cáceres